



# Três chapas disputam administração superior



**E**ncabeçada pelos professores Henrique Pereira e José Luiz de Souza Pio, a chapa “Renova Ufam” defende a incorporação dos avanços tecnológicos. A reitora licenciada, Márcia Perales, e o vice Hedinaldo Lima lutam pela reeleição com a chapa “Ufam sempre melhor”. Já Sylvio Puga e Waltair Machado, da chapa “Uma nova Ufam vai nascer”, têm a modernização administrativa da Ufam como bandeira. **Página 6 e 7**

## EVENTO DELIBERATIVO

# Delegados expõem texto em Congresso do Andes-SN

Página 3

## INVESTIMENTO

Apenas 3,34% do orçamento nacional vai para a Educação

Página 4

## ENTREVISTA

# Vice-presidente do Andes-SN critica desestruturação da carreira docente



O professor Luiz Henrique Schuch classifica como um retrocesso a Lei nº 12.772/12 que entrou em vigor, no dia 1º de março e, consolida a desestruturação da carreira dos docentes federais. O especialista garante ainda que, casos de injustiça deverão ser resolvidos na Justiça. **Página 9**

**E**ventos passados, presentes e futuros marcam momentos de grande importância nos últimos dias na UFAM. O Congresso Estatuinte, um debate que estava parado há cerca um ano e três meses, volta à baila e coloca em pauta um dos enriquecedores momentos que toda instituição deve ter: a discussão do seu próprio destino. Outras questões de suma importância também andam paradas e devem ser rediscutidas. Entre elas destaca-se a destinação de recursos para a dívida pública em 2013 que, por ora, atinge cifras impressionantes, enquanto isso os parlamentares dão as costas para a votação do orçamento e o governo federal já destinou dois terços dos recursos gastos em 2013 para juros e amortizações da

dívida. Do ponto de vista presente, é chegada a hora da escolha do reitor que irá gerir a Universidade nos próximos quatro anos. A tarefa de organizar todo este processo de consulta à comunidade universitária ficou a cargo da Comissão Central de Consulta (CCC). Os trabalhos andam a todo vapor e um destaque deve ser dado para a organização dos debates entre os candidatos. Num plano futuro, o Congresso do Andes ocorrerá somente em março, mas movimentará a comunidade docente desde já. O referido evento ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro e traz como tema central: Sindicato Nacional na luta pelo projeto de educação e de condições de trabalho. O Congresso será então um importante espaço para discussões acerca de

um problema que foi amplamente discutido e questionado ao longo do movimento de greve, mas que continua sendo um problema para todos nós. Veja nesta edição do JORNAL DA ADUA as novidades do processo Estatuinte, acompanhe de que forma seremos representados no Congresso do Andes, acompanhe os trabalhos da Comissão Central de Consulta e ajude-nos a tornar o processo de consulta democrático e efetivo para que possamos contribuir da melhor maneira possível para a melhoria da nossa Universidade. Contribua com a luta docente. Ela é uma prerrogativa de todos nós, para tanto mantenha-se informado e procure participar destes momentos de alguma forma. Boa leitura e até a próxima edição!

## Notas

### Quarta-feira de Cinzas

Afinadas as negociações para a composição da chapa da reitora licenciada e candidata à reeleição da Ufam, Márcia Perales, o impasse sobre a participação do ex-titular da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), professor Geddeão Amorim como vice em detrimento de Hédinaldo Lima, então ocupante atual do cargo, foi descartado. A informação sobre a pretensão do ex-secretário, divulgada pelo Portal do Holanda (portaldoholanda.com), a meia noite da quarta-feira de cinzas, caso confirmada sinalizaria que todas as “costuras” feitas antes e durante a folia momesca poderiam realmente virar “pó”. Amorim foi demitido da Seduc pelo governador Omar Aziz, em julho do ano passado e, segundo o portal de notícias, tinha a pretensão de “reaparecer em grande estilo, mas esbarrava no compromisso de Perales com o seu atual vice-reitor”. De acordo com a nota, divulgada na seção “Bastidores da Política”, a escolha de Lima resultaria em perda de votos para Márcia. Por outro lado, a imagem de Amorim, traria “peso decisivo em algumas áreas da Universidade”. Tudo não passou de mera especulação!

### Acesso à Ufam

Após 90 dias de transtornos e dois lançamentos frustrados, a Prefeitura de Manaus finalmente liberou, no último dia 21 de fevereiro, o novo acesso viário à Ufam. Previsto para ser entregue ainda em dezembro de 2012 e depois adiado para janeiro deste ano, o esquema viário agradou a maioria dos condutores. A abertura do acesso foi concluída, no último dia 25 de fevereiro pelo Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb). O período de chuvas – comum nesta época do ano – e a necessidade de mudanças de ordem infraestrutural foram apontadas como as causas do atraso. Agora é esperar para que a obra cumpra com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego na área, sem deixar de garantir a segurança aos universitários que circulam pelo local.

### Greve Anunciada

Depois da greve dos docentes federais, que durou quatro meses em 2012, agora é a vez dos professores da rede básica anunciarem a realização de uma paralisação nacional da categoria, prevista para ocorrer no período de 23 a 25 de abril deste ano, durante a Semana Nacional de Educação – evento do calendário de mobilização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Os protagonistas da paralisação já anunciada mudaram, mas os motivos são os mesmos: precariedade nas condições de trabalho e falta de valorização profissional. A categoria defende também a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública e ainda a discussão de uma alteração na Medida Provisória (MP) 592, para que os royalties do pré-sal sejam destinados apenas ao setor. Para o presidente da CNTE, Roberto Leão, o problema da educação no Brasil será resolvido apenas com uma luta empenhada por toda a sociedade. E com razão! Afinal a

## charge



Educação é um direito de todos e um dever do Estado.

### Falhas

Restrições em pregões eletrônicos, contas quitadas aguardando novo pagamento e servidores recebendo sem terem cumprido expediente foram algumas das falhas encontradas pela Controladoria Geral da União (CGU), durante a prestação de contas, na gestão de 2012, da Ufam. Protagonista de 33 irregularidades confirmadas, a Universidade, restringiu a preferência por produtos de uma única marca de fabricante, mesmo com o preço acima do praticado no mercado e cotou valores com apenas uma fornecedora. A CGU apontou ainda, notas de empenho totalizando R\$ 699.971,80 incluídas na lista de ‘Restos a Pagar’, mesmo já estando quitadas e faltas injustificadas de servidores não descontadas. A CGU é o órgão do Governo Federal responsável pela defesa do patrimônio público por meio das atividades de controle interno, prevenção e combate à corrupção.



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.

**Diretoria:** José Belizario (presidente), Rafael Bellan de Souza (2º vice-presidente), Marcelo Mário Vallina (1º secretário), Ana Lúcia Gomes (2º secretária), Raimundo Nonato Pinheiro (1º tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino de Oliveira (2º tesoureira).

**Coordenador de Comunicação:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459).

**Jornalista responsável:** Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491).

**Reportagem:** Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra e Andes-SN.

**Projeto Gráfico e Arte:** Herivaldo da Matta (Kuca)

**Fotografias:** Anderson Vasconcelos, Daisy Melo, Annyelle Bezerra, Arquivo/Adua e Andes-SN.

**Impressão:** Gráfica Silva. 2000 exemplares.

**Fone/Fax:** (92) 3088-7009 / 3305-4103

**e-mail:** aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

**Endereço:** Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: [www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)

## ■ Encontro Nacional

# Delegados apresentam texto coletivo no 32º Congresso do Andes

Os sete professores que vão representar a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua) no 32º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), que será realizado, no dia 4 e 9 de março, no Rio de Janeiro, devem apresentar um texto coletivo contendo supressões e sugestões, durante o evento.

A medida, definida durante a primeira reunião dos delegados, no dia 15 de fevereiro, teve início com a escolha dos quatro temas, do total de seis analisados pelos representantes. Divididos em dupla, os delegados observaram e extrairam os pontos principais existentes nos temas sugeridos pelas seções sindicais, assim como suprimiram propostas.

“Infelizmente não houve tempo para o envio, mas a delegação ou qualquer um de seus membros podem ainda apresentar um novo texto de apoio na plenária de instalação, mediante justificativa plausível”

A primeira reunião dos delegados contou com a presença dos docentes Ana Cristina Martins, Jacob Paiva, Elciclei Faria e José Belizario.

Segundo Belizario, nesta edição, as análises da entidade se restringiram às sugestões das de-

## DOCENTES QUE VÃO AO EVENTO

1. Ana Cristina Martins (Fapsi)
2. Elizandra Garcia (ICEZ)
3. Jacob Paiva (Faced)
4. Adailton da Silva (INC)
5. Elciclei Faria (Faced)
6. Rafael Bellan (ICEZ)
7. José Belizario (presidente)

mais seções sindicais, por falta de tempo hábil para o envio de propostas próprias.

“Infelizmente não houve tempo para o envio, mas a delegação ou qualquer um de seus membros

## TEMAS ANALISADOS

**Tema 3:** Políticas Sociais – Política educacional, gerais e direitos e organização dos trabalhadores;

**Tema 4:** Questões organizativas e financeiras;

**Tema 5:** Plano de lutas – Geral, Educação, direitos e organização dos trabalhadores;

**Tema 6:** Plano de lutas – Setores;

no 32º Congresso do Andes-SN marcou a 1ª Assembleia Geral de 2013 da entidade. Além dos oito delegados, dez docentes candidataram-se para participar como observadores no evento.

## Congresso

Organizado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADU-FRJ), o congresso terá como tema “Sindicato Nacional na Luta pelo Projeto de Educação e de Condições de Trabalho”.

Considerado a instância máxima deliberativa do Andes-SN, o congresso proporciona aos delegados definir os planos de luta do Sindicato Nacional e as ações que viabilizarão essas políticas. A estimativa de público do evento é de 400 delegados, além de observadores e convidados.

pode ainda apresentar um novo texto de apoio na plenária de instalação, mediante justificativa plausível”, explicou.

A escolha dos delegados responsáveis por representar a Adua

## ■ Irregularidades

## CGU aponta 33 falhas em procedimentos da Ufam

A Controladoria Geral da União (CGU) identificou durante a prestação de contas da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), exercício de 2012, 33 falhas de procedimento em licitações e pagamentos. Em relatórios divulgados, no ano passado, a entidade contabilizou 129 irregularidades de gestão durante a análise de 11 instituições.

Segundo o órgão, em pregões eletrônicos, a Universidade restringiu a preferência por produtos de uma única marca de fabricante, mesmo o preço estando acima do praticado no mercado e cotou valores com apenas uma fornecedora. A CGU apontou ainda notas de empenho quitadas totalizando o valor de R\$ 699.971,80, incluídas na lista de ‘Restos a Pagar’ e faltas injustificadas de servidores não descontadas.

Para o especialista em direito administrativo e primeiro tesoureiro da Adua, Raimundo Nonato Pinheiro, a notícia, além de colocar a Ufam no mesmo nível de irresponsabilidade que os demais órgãos públicos cita-

dos, deixa transparecer a completa falta de zelo pela coisa pública.

“É preocupante a presença da Ufam no mesmo saco-de-gatos (ou seria de ratos?) que os demais órgãos. Não há a menor preocupação com a imagem institucional da Universidade”, argumentou.

Destinada à formação acadêmica e preparação ética dos futuros gestores que atuarão na iniciativa privada e administração pública, a Universidade, segundo Pinheiro deveria ser a primeira a agir dentro da legalidade. “Isso não pode ser considerado normal. A Ufam ser apanhada cometendo práticas desonestas fere os princípios constitucionais da Administração”, disse.

Por outro lado, o especialista destaca que a divulgação de irregularidades do tipo possibilita a toda a sociedade ver que ‘um dos nossos patrimônios’ também padece dos mesmos males que acometem os que não têm cuidado com o dinheiro público por ignorância (situação

grave em uma academia), desonestidade ou má fé.

Procedimento legal essencial para a contratação de fornecedores de maneira igualitária, a licitação pública, segundo Pinheiro, é hoje, um instrumento a serviço do favorecimento de quem for mais conveniente ao dirigente num determinado momento.

“Tanto quanto a dispensa pura e simples de licitação, são odiosas as trapaças formais para direcionar nos editais o fornecedor de determinado produto, obra ou serviço, exigindo qualidades que somente um deles pode apresentar”, criticou.

Partilhando da descoberta da Polícia Federal, a qual detectou que o superfaturamento se inicia na publicação de decretos e portarias de ‘registro de preços’ já superfaturados, no Diário Oficial, nos quais se baseiam os orçamentos apresentados nos Projetos Básicos que instruem os processos licitatórios, Pinheiro afirma ser, atualmente, no Brasil, quase uma “regra” superfaturar compras, obras e serviços.



Além da Ufam outros 11 órgãos federais passaram por vistorias da CGU em 2012

■ Em 2012

# Governo Federal destinou apenas 3,34% do orçamento para a Educação

Enquanto os gastos com juros e amortizações da dívida pública consomem o estratosférico montante de R\$ 753 bilhões, em 2012, o Governo Federal destinou apenas R\$ 57 bilhões para a educação pública, no mesmo ano. O número representa 3,34% do orçamento total de R\$ 1,7 trilhão, executado até o dia 31 de dezembro do ano passado, conforme dados divulgados, no início deste mês, pela Auditoria Cidadã da Dívida, associação sem fins lucrativos que monitora os gastos públicos do país.

Os recursos destinados à educação aumentaram em R\$ 10 bilhões em comparação ao valor empregado em 2011, o que em termos percentuais significa ampliação de 0,34%. Já os gastos com a dívida caíram somente 1% no mesmo período, mas continuam elevados em relação às necessidades mais urgentes da população, na avaliação da coordenadora da Auditoria, Maria Lucia Fattorelli. “Por conta desse ‘privilegio’, o governo destina quase 44% do orçamento para a dívida, em detrimento do atendimento às urgentes e relevantes necessidades dos cidadãos brasileiros que pagam essa conta”, afirmou.

Segundo Maria Lúcia, o pagamento da dívida é parte de um

sistema que se retroalimenta de novos gastos. “Apesar da grande imprensa dar a entender que os gastos com a dívida estariam em queda, ela se alimenta principalmente com a emissão de novos títulos [nova dívida], com o recebimento de juros e amortizações pagos pelos estados e municípios sobre dívidas refinanciadas pela União, com as privatizações, entre outras fontes de recursos”, explicou.

Chama atenção ainda, no levantamento feito pela associação, o fato de os gastos com a dívida pública serem cinco vezes maiores que os recursos destinados a três dos setores mais demandados pela população brasileira: Educação, Saúde e Segurança Pública. Juntos, esses segmentos receberam R\$ 135 bilhões, ou seja, 7,9% do orçamento executado pelo governo. Em comparação a 2011, o aumento no repasse de recursos foi de 0,5%.

De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC), o investimento no setor deve superar a casa dos R\$ 90 bilhões em 2013, 9% a mais que o orçamento do ano passado que, segundo informações da pasta, ficou em R\$ 83 bilhões, quase o dobro do valor apurado pela Auditoria.

Apesar de o montante de re-



A busca por mais investimentos para a educação é uma luta antiga de docentes e universitários

O governo destina quase 44% do orçamento para a dívida, em detrimento do atendimento às urgentes e relevantes necessidades dos cidadãos brasileiros

curso destinado ao setor estar em crescimento desde 2003, a expansão orçamentária anda a passos lentos. E ao que tudo indica a faixa percentual aplicada no segmento não deve ter ampliação considerável, neste

ano, em comparação aos outros setores.

O Orçamento da União para o exercício financeiro deste ano está estimado em R\$ 2,25 trilhões e fixa a despesa em igual valor, conforme o relatório final à Proposta de Lei Orçamentária, elaborado pela Comissão Mista que trata da pauta e, foi aprovado no dia 20 de dezembro de 2012. O montante estimado é 31,6% maior que o valor executado pela União durante todo o ano passado, aproximadamente 1,7 trilhão.

## Adiada Votação

A votação do orçamento, marcada para ocorrer, no dia 5 de fevereiro e, adiada para depois do Carnaval, permanece indefini-

da. É que o Congresso Nacional aguarda uma definição do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a preferência de votação dos vetos presidenciais na pauta em relação a outras matérias.

Além de aguardar a decisão do Supremo sobre o assunto, os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) também querem que a votação ocorra quando houver consenso entre os partidos. “É uma matéria que interessa ao governo e à oposição, aos estados e aos municípios. Então não pode ser uma coisa tendo como foco o que o governo quer ou não quer”, disse Henrique Alves.

Enquanto a decisão do ministro Luiz Fux, do STF, autor da liminar que determinou a votação dos vetos em ordem cronológica, não sai, os gastos com a dívida pública correm soltos: o governo federal já destinou dois terços dos recursos gastos, em 2013, para juros e amortizações da dívida.

Conforme mostra o Dividômeter da Auditoria Cidadã, apenas nos primeiros 35 dias de 2013, já foram gastos nada menos que R\$ 145 bilhões com juros e amortizações da dívida. Para este ano, estão previstos R\$ 900 bilhões para esta finalidade, ou seja, 20% a mais do que os R\$ 753 bilhões gastos com a dívida, em 2012.

## ■ Processo 3,17%

# AGU orienta desistência de recursos sobre pagamento retroativo

A Advocacia Geral da União (AGU) publicou a Instrução Normativa (IN) nº 03/2012 que orienta a desistência de recursos em ações que discutem o pagamento do reajuste de 3,17% determinado pelo artigo 8º da Medida Provisória (MP) 2.225-45/2001. A quantia é referente à Unidade Real de Valor (URV).

Com a norma, os advogados públicos da AGU que representam judicialmente a União, autarquias e fundações estão autorizados a providenciar a imediata dispensa de recursos nos processos judiciais em trâmite. O posicionamento será adotado para ações ajuizadas até 2006, cinco

anos após a edição da MP, prazo que prescreve o direito para pedir o pagamento dos valores.

De acordo com a AGU, a orientação foi embasada em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Corte entendeu que ao editar a MP a União estaria renunciando à prescrição dos valores e reconhecendo a dívida do reajuste que começou a ser pago em 1995, com a mudança de moeda para o Real.

O documento foi assinado pelo Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Adams, fundamentado na Lei Complementar nº 73/93 que permite a edição de instruções normativas para orien-

tar a atuação dos órgãos institucionais e garantir a uniformidade do entendimento entre as unidades da AGU.

## Alerta

No entendimento do assessor jurídico da Adua, José Barbosa, a MP implicou renúncia expressa por parte da Administração Pública Federal quanto ao citado índice questionado na Justiça. Entretanto, ele alerta que a desistência de recorrer por parte da União não trará celeridade aos pagamentos pendentes. “Ocorre que esta redação [contida na IN nº 03/12] nada trata das questões penden-

tes de discussão de cálculos e pagamentos. Essas discussões contábeis não estão superadas. Portanto, a questão de conta não está resolvida”, informa.

“Uma coisa é o percentual reconhecido judicialmente que é ponto pacífico e que não se confunde com o quantum (valor) dos resíduos que precisam de liquidação”, explica Barbosa, chamando atenção para o fato de que os processos pendentes de execução ainda são passíveis de discussão de valores.

Até o momento, o pagamento do “processo 3,17%” já foi liberado para 324 sindicalizados. O número corresponde a apenas

37,3% do total de docentes incluídos na ação. Mais de 500 docentes ainda aguardam a liberação dos valores.

## Histórico

Com a criação do Plano Real, em 1994, a Lei 8.880/94 estabeleceu que os servidores públicos federais teriam toda a inflação reposta, do período de julho de 1994 a janeiro de 1995 (25,95%) e, que este reajuste seria concedido naquele ano. No entanto, esta reposição não ocorreu de forma integral, restando uma diferença de 3,17% na recomposição dos vencimentos.

■ Previsão

# Congresso Estatuinte será retomado somente em agosto

Interrompido em novembro de 2011, por não ter sido concluído dentro do prazo estipulado de seis dias, o Congresso Universitário Estatuinte será retomado somente em agosto, quase dois anos após o início dos trabalhos. A continuidade das discussões sobre o novo Estatuto da Ufam foi aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni), em reunião realizada no dia 31 de janeiro. Essa é a terceira vez que o reinício do debate sobre o tema é prorrogado: ano passado havia um indicativo para a retomada das discussões em março, adiada depois para abril.

Por decisão do Consuni, o Congresso Estatuinte deverá ocorrer em três dias, preferencialmente em uma quinta-feira, sexta-feira e sábado, quando a Ufam deverá paralisar suas atividades a fim de estimular a participação de representantes de todos os segmentos da universidade no debate. Para o reinício do evento, a Universidade também disporá de aporte financeiro e administrativo necessário, conforme aprovação dos conselheiros.

Acatando as sugestões feitas no Consuni, a Comissão

Executiva do Processo Estatuinte (Cepe), reativada pelos seus antigos membros para dar condições para a retomada do debate, prevê a realização do Congresso no período de 15 a 17 de agosto. O indicativo de data foi aprovado em reunião realizada no dia 21 de fevereiro, na sala da Cepe, na Faculdade de Direito, setor Norte do Campus Universitário.

Questionada sobre a possibilidade de realizar a segunda

**Continuidade das discussões foi aprovada pelo Consuni em reunião no dia 31 de janeiro**

etapa da Estatuinte em apenas três dias, com mais da metade dos temas para serem discutidos, a presidente da Cepe, professora Maria Audirene Cordeiro, afirmou que os integrantes da Comissão devem traçar novas estratégias metodológicas para não incorrer nos erros cometidos durante a fase inicial do evento. "Um dos problemas que enfrentamos foi

o fato de não haver tempo limite para as discussões e isso fez com que o debate se alongasse muito", exemplificou a docente, acrescentando que, na próxima etapa, será necessário estabelecer um tempo limite para as deliberações.

Maria Audirene destacou ainda que o congresso já superou a fase mais crítica da atividade, daí a possibilidade de encerrar o evento em prazo mais curto. "Os três primeiros temas foram bastante polêmicos, por isso levaram tanto tempo para discussão. Caso do tema 3, que tratava da composição dos colegiados superiores e da competência dos conselhos", destacou.

Dos seis assuntos principais, apenas os temas 1 e 2 foram debatidos em sua totalidade, além de grande parte do item 3. O primeiro contém cerca de 120 pontos de discussão, enquanto que o segundo concentra o dobro. Quanto ao terceiro tema, a discussão já avançou grande parte do total de 290 disponíveis. Na segunda etapa do evento, será retomada a discussão da parte final do tema 3, mais a integralidade dos temas 4, 5 e 6.



Cepe vai reunir dia 20 de março para redefinir estratégias para o evento

## Comissão critica relatoria

Em tom crítico, o vice-presidente da Cepe avaliou que a realização do Congresso Estatuinte revelou a dificuldade, por parte dos integrantes dos segmentos participantes, de discutir livremente sobre temas políticos e administrativos da Ufam. "O Congresso mostrou nossa incapacidade de articulação política, deixando prosperar ideias individualistas e, às vezes, sem sentido prático", criticou. Na avaliação de Tomzé, essa limitação é fruto, entre outras coisas, justamente da ausência de espaços para essa prática.

Indagada sobre o porquê da demora na retomada do processo, a professora Maria Audirene afirmou que a Cepe cumpriu todos os prazos previstos. "Após a realização do Congresso, encaminhamos à reitoria um relatório descritivo parcial sobre o evento, no dia 11 de janeiro de 2012. Nos foi solicitado depois um relatório das atividades da Comissão, o qual foi entregue no dia 27 de abril", explicou, acrescentando que caberia à administração superior colocar o assunto em pauta no Conselho, o que só ocorreu em janeiro deste ano.

Tanto Audirene quanto Tomzé também criticaram o fato de o processo que trata o Congresso Estatuinte no Consuni ter sido relatado por uma pessoa que não participou do evento. "Ela [professora Nikeila Conde] conseguiu, dada a complexidade do processo, compreender muita coisa, apesar de não ter participado do processo. Mas, confesso que fiquei receosa. Não concordamos com alguns pontos do relatório, que, na nossa avaliação, foram subjetivos e não técnicos", afirmou a presidente da Cepe.

A relatora do processo, professora Nikeila Conde, diretora da Faculdade de Odontologia, afirmou que elaborou o relatório com base em uma análise documental. "Isso independe de ter participado ou não do Congresso", argumentou. "Eu não tive dificuldade em entender o processo, mas o que eu gostaria de saber não estava no relatório!", citando como exemplo a falta de atas de reuniões, listas de presença e detalhamento das contribuições oriundas das plenárias e que, por isso, teve que pedir esclarecimentos.

## Delegados serão reconvidados pela Cepe

Nesta 1ª reunião, a Cepe acatou também a sugestão do Consuni de que não haja alteração nos artigos e parágrafos já aprovados, ficando a possível mudança para o final do Congresso e sob a responsabilidade da Comissão. A presidente da Cepe frisou, durante o encontro, que os delegados do evento serão reconvidados a concluir os trabalhos e só poderão ser substituídos pelos suplentes, em caso de eventual impossibilidade de atuação como titulares. "Não haverá eleição de novos delegados", destacou.

Os participantes da primeira etapa do Congresso terão até o dia 19 de março para responder à convocatória. Da mesma forma, a

Comissão decidiu fazer novo contato com os membros da Cepe, para sinalizarem ou não interesse em continuar no processo. Só após essa resposta poderão ser dirimidos os casos de vacância. No 1º encontro faltaram os representantes da Reitoria da Universidade, do Diretório Central do Estudante (DCE) e da sociedade civil organizada. A Cepe é formada ainda por representantes da Adua, do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam) e Associação dos Servidores da Ufam (Assua).

O próximo encontro da Cepe está agendado para o dia 20 de março, a partir das 15h, na sala da Comissão.

Na pauta está prevista a discussão sobre o conjunto de respostas provocadas pela reconvocação, a definição de novas estratégias para a realização do evento e as questões logísticas, principalmente no que concerne à participação dos delegados do interior, que, de acordo com dados da Comissão, tem índice de participação superior ao dos titulares do Congresso pelas unidades acadêmicas da capital. "Estamos checando os nomes com antecedência para não haver alegação de delegados, como ocorreu durante a primeira etapa, de que não poderiam participar do evento", disse o vice-presidente da Cepe, professor Tomzé Vale.

TEMA		STATUS de Conclusão
1	Da Universidade	100%
2	Da Estrutura Acadêmico-Administrativa	100%
3	Da Administração Superior	80%
4	Do Regime Didático-Científico	0%
5	Da Comunidade Universitária	0%
6	Do Patrimônio e Regime Financeiro	0%

## ■ Disputa

# Três chapas concorrem

Com o encerramento do prazo de inscrição para participação no processo de consulta à comunidade universitária, no último dia 22 de fevereiro, três chapas concorrem oficialmente aos cargos de reitor e vice-reitor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), gestão 2013-2017. O resultado final do pleito será homologado no dia 15 de abril.

Encabeçada pelos professores Henrique dos Santos Pereira, da Faculdade de Ciências Agrárias, e José Luiz de Souza Pio, do Instituto de Computação, a chapa “Renova Ufam” (nº 44) foi a primeira a registrar a candidatura, no dia 21 de fevereiro, um dia antes do prazo final.

Com 27 anos de magistério e já tendo gerido instituições como a Superintendência Estadual do Ibama e a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua), Pereira destacou que, reverter o abandono infraestrutural da Universidade assim como a falta de segurança que assola a comunidade acadêmica figuram entre os principais desafios a serem superados caso vença a disputa.

“Na parte de infraestrutura, percebemos que há avanços tecnológicos de objetos, técnicas e aparatos de apoio à atividade de ensino e aprendizagem que a Universidade não incorporou. Nós (Ufam) somos contraditoriamente, uma instituição que produz avanços, mas não os incorpora”, criticou.

Buscando a reeleição, a chapa “Ufam sempre melhor” (nº 10), composta pela reitora licenciada, Márcia Perales, e o vice-reitor Hedinaldo Narciso Lima efetuou inscrição, na manhã do dia 22 de fevereiro, na sede da Adua. Acompanhada de servidores simpatizantes as propostas da chapa, Perales afirmou ter condições de consolidar propostas, hoje, em fase de implementação, assim como, dar continuidade ao trabalho já iniciado.

“Teremos algumas propostas principais e, uma delas está relacionada à melhoria da graduação. Nós iniciamos três programas voltados a alcançar este objetivo e, é necessário intensificá-los e ampliá-los para que haja redução da reprovação na Universidade. Outra proposta igualmente importante, diz respeito à transparência na Ufam, com a digitalização imediata de documentos, auxiliando a gestão”, frisou.

Registrada faltando apenas três horas para o encerramento das inscrições, a chapa “Uma nova Ufam vai nascer” (nº 33) é a terceira a concorrer à administração superior. Licenciado do cargo de diretor da Faculdade de Estudos Sociais (FES), o professor Sylvio Puga, juntamente com o ex-secretário Executivo Adjunto de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas, professor Waltair Machado, disputam a vaga de reitor e vice-reitor, respectivamente.

Com sua chapa focada na moderniza-



O primeiro embate entre os candidatos ocorreu, no último dia 26 de fevereiro, no ICHL e, contou com 200 espectadores

“A divulgação do resultado do 1º turno do pleito está prevista para o dia 28 de março”

ção administrativa da Universidade e tendo como um dos maiores gargalos a fluidez institucional, Puga explica que, sua participação na disputa pela reitoria, assim como a de seu vice, tem como combustível o sonho de ver a Ufam inserida em um modelo de gestão diferenciado do praticado, hoje.

“Nossa proposta é modernizar a estrutura administrativa da instituição, desburocratizando-a. Hoje, muitos processos que demandam muita energia para serem concluídos poderiam ser feitos de maneira mais simplificada”, frisou.

A partir do novo modelo de gestão, segundo o candidato, todos os segmentos da instituição serão beneficiados, com os docentes tendo a oportunidade de se de-

dicarem mais às pesquisas, os técnicos à formação complementar e os alunos a uma melhor qualificação.

De acordo com o candidato, outro ponto que merece destaque diz respeito à revitalização da infraestrutura da Ufam, abandonada ao longo dos anos e, que com boa vontade pode ser facilmente adequada.

“Se a instituição manda um número de professores para a qualificação em nível de mestrado e doutorado, ela precisa prever que, no ano limite, ele voltará com sua titulação e vai precisar de material e equipamentos para trabalhar, ou então, cairá no desestímulo profissional”, criticou Puga.

De acordo com a presidente da Comissão Central de Consulta (CCC), Ana Cristi-

na Belarmino, o processo de inscrição dos candidatos ocorreu de forma tranquila, com todos os candidatos cumprindo os requisitos descritos no regimento do processo de consulta. “Todos eles cumpriram as exigências, apresentando o currículo lattes, o programa de trabalho e a planilha contendo a origem e aplicação dos recursos financeiros para campanha”, afirmou, acrescentando que o procedimento é fundamental “para a democracia e para a transparência da consulta”.

## Comissão

Instalada oficialmente no último dia 6, para organizar o processo de consulta, a CCC divulgou, na mesma semana, o calendário de atividades da escolha e o regimento que balizaria a ação.

Durante o ato, realizado no auditório da Adua, estiveram presentes os docentes Sylvio Puga (na época pré-candidato a reitor pela Faculdade de Estudos Sociais e que

# em à reitoria da Ufam



*“Nós (a Ufam) somos contraditoriamente uma instituição que produz avanços, mas não os incorpora”.* **Henrique Pereira**



*“Nós iniciamos três programas voltados a alcançar este objetivo (a melhoria da graduação) e, é necessário intensificá-los e ampliá-los para que haja redução da reprovação na Universidade”.* **Márcia Perales**



*“Nossa proposta é modernizar a estrutura administrativa da instituição, desburocratizando-a”.* **Sylvio Puga**

Batista e José Humberto Michiles, entre os titulares, e Emerson Pires e Osvaldo Coelho, como suplentes.

No âmbito técnico-administrativo, compõe o quadro de titulares, Alexandra Saldanha, Raimundo Lucena e Ronaldo Bastos. Entre os suplentes, Ronald Pontes, Celismar Santos Pereira e Francisco Torres.

Pelo segmento estudantil, compõem a Comissão os acadêmicos Priscila Duarte de Lira, Aldemir de Carvalho Caetano Júnior e Patrick Alves.

“Para legitimar esse processo democrático, precisamos dos três segmentos. Desta forma, teremos uma consulta cada vez mais transparente, ética e justa”, ressaltou o professor José Humberto Michiles.

O processo de consulta à comunidade universitária para a escolha de reitor e vice-reitor da Ufam é fruto de uma proposta apresentada pela Adua durante a reunião do Consuni, no dia 22 de janeiro. Na época, o presidente da entidade, José Belizario, apontou a proposta como uma forma de “preservar a legalidade e o aprofundamento dos debates, ao mesmo tempo em que, garante a defesa de uma escola ética e justa”.

## Calendário

A inscrição das chapas candidatas, iniciada no último dia 15 de fevereiro, marcou o primeiro passo concreto do processo de consulta à comunidade universitária.

No dia 20 de fevereiro, a CCC formalizou por meio de reunião com os pré-candidatos as regras para o circuito de debates proposto para subsidiar a comunidade acadêmica sugerir e contestar propostas aos candidatos.

Encerrada esta fase foram iniciados os debates propostos pela CCC para que a comunidade universitária ouça e debata as propostas das chapas.

A consulta, iniciada com a instalação da CCC, deve ser encerrada no dia 12 de

abril, com o encaminhamento de um relatório final da consulta a Secretaria dos Conselhos Superiores da Ufam.

## Debate

O primeiro compromisso público ocorreu, às 16h, do último dia 26 de fevereiro, no hall do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), no setor Norte do Campus Universitário, sob a mediação do jornalista Cristóvão Notato, da TV Cultura.

Na ocasião, a reitora licenciada, Márcia Perales, o diretor licenciado da Faculdade de Estudos Sociais, Sylvio Puga, e o professor da Faculdade de Ciências Agrárias, Henrique Pereira, aproveitaram a oportunidade para expor aos segmentos da Universidade as propostas de cada candidatura. No total, mais de 200 pessoas, entre professores, técnicos administrativos e estudantes, marcaram presença no evento que começou “morno”, mas terminou agitado pelos correligionários dos candidatos.

Depois da apresentação das propostas, os candidatos tiveram a oportunidade de fazer perguntas aos concorrentes e também de responder aos questionamentos do público, que não poupou as chapas de perguntas sobre temas polêmicos, entre eles, a recente adesão da Ufam à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers), a falta de espaço para realização de atividades culturais na instituição e a desvalorização dos servidores.

O segundo debate ocorreu, no dia seguinte, das 14h às 16h, na unidade acadêmica da Ufam em Itacoatiara. O encontro foi considerado pela Comissão mais tranquilo, em comparação à abertura da campanha no ICHL.

São previstos sete debates, até o dia 25 de março, um em cada unidade acadêmica da Ufam no interior. O debate de encerramento será no auditório Eulálio Chaves, no setor Sul do Campus Universitário.

## Calendário de atividades da consulta:

15 a 22/02 – Inscrições das chapas

26/02 a 25/03 – Período de debates 1º turno

27/03 – Votação 1º turno

28/03 – Divulgação do resultado 1º turno

02/04 – Debate 2º turno (se houver)

04/04 – Votação 2º turno (se houver)

05/04 – Divulgação oficial do resultado 2º turno (se houver)

## Agenda de Debates

26/02 - Hall do ICHL (16h às 18h)

27/02 - Campus Itacoatiara (14h às 16h)

01/03 - Campus Parintins (14h às 16h)

08/03 - Campus Coari (15h às 17h)

15/03 - Campus Humaitá (9h às 11h)

22/03 - Campus Benjamin Constant (15h às 17h)

25/03 - Auditório Eulálio Chaves (18h às 20h)

## Calendário de Reuniões da CCC

14/02 – Reunião Ordinária

21/02 – Reunião Ordinária

28/02 – Reunião Ordinária

07/03 – Reunião Ordinária

14/03 – Reunião Ordinária

21/03 – Reunião Ordinária

ainda não havia definido o nome do vice-reitor para compor chapa), José Luiz de Souza Pio (naquele período pré-candidato a vice-reitor pelo Instituto de Ciências Exatas, compondo chapa com o então pré-candidato a reitor pela Faculdade de Ciências Agrárias, Henrique Pereira dos Santos) e Edson Andrade (professor da Faculdade de Medicina, representando a chapa composta pela reitora Márcia Perales e o vice-reitor Hedinaldo Narciso Lima, pré-candidatos à reeleição), já vislumbrando os nomes dos interessados a disputar os cargos.

Composta por seis nomes de cada categoria (três titulares e três suplentes), a criação da CCC obedece à deliberação do Consuni da Ufam que, em reunião ocorrida, no último dia 31 de janeiro, delegou aos segmentos representativos da Universidade a organização e condução do processo de consulta.

Na lista de integrantes da Comissão, pela categoria docente, figuram os professores Ana Cristina Belarmino, Antônio

## Nacional

# Mercantilização na saúde e no ensino superior

Paulo Kliass

A divulgação recente de más notícias sobre o desempenho de empresas atuantes da área da saúde e do ensino superior traz à tona o necessário debate a respeito da preocupante mercantilização dos serviços públicos em nosso País. À medida que parcela expressiva destes setores passou a ser composta de corporações capitalistas, os impactos negativos se fazem sentir pela maioria da população.

No início do ano, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) acabou por decidir pela interdição de 225 planos de saúde operados por 28 empresas atuantes no setor. Esse tipo de medida não é uma grande novidade. Antes disso, em outubro passado, esse órgão regulador do sistema havia proibido 301 planos de venderem seus produtos. E ainda em julho de 2012, a lista de proibição contemplava 268 planos. Ainda que tais fatos possam passar a ideia de que o Estado está agindo e fiscalizando, a pergunta que deve ser feita vai em sentido oposto.

Como é possível que uma área tão sensível, como a saúde, chegue a tal extremo de descontrole e regulamentação?

Outra decisão que causou grande impacto foi a operação de venda da empresa líder de saúde privada, a Amil. Em novembro de 2011, o Estado brasileiro autorizou que ela fosse comprada por uma das maiores operadoras globais, a norte-americana United Health, pelo valor de R\$ 10 bilhões. Além das dificuldades envolvendo a internacionalização do setor, a decisão gerou muita polêmica por afrontar o impedimento legal de que hospitais (também incluídos no pacote) sejam propriedade de grupos estrangeiros.

## Ensino superior privado: mercantilização crescente

Na área do ensino superior, em dezembro passado, o Ministério da Educação proibiu 207 cursos de realizarem concursos vestibulares para novos alunos e no início do presente ano comunicou que outros 38 cursos haviam sido



punidos com a proibição de expandirem o número de vagas, tal como solicitado pelas instituições proprietárias. A educação universitária também vem sendo objeto de profunda transformação empresarial e corporativa, de modo que o crescimento da parcela de setor privado no conjunto do sistema é bastante expressivo.

De acordo com os dados oficiais do INEP, existem 2.365 instituições de ensino universitário no Brasil. A repartição de tais faculdades e universidades revela que 88% do

total são entidades privadas, restando apenas 12% no setor público (considerando o conjunto federal, estadual e municipal). Em termos numéricos: 2.081 privadas e 284 públicas. Se a análise for para o total de alunos inscritos, o setor privado oferece 76% do total e o setor público fica com apenas 24%.

Em termos de matrículas, a expansão quantitativa foi expressiva ao longo da última década. Em 2002 havia 3,5 milhões de matrículas no ensino superior e em 2011 atingiu-se o marco de 6,7 mi-

lhões de alunos inscritos. Porém, a maior parcela desse crescimento de 75% deveu-se ao setor privado. As matrículas no setor público cresceram 69% ao longo dos 10 anos, ao passo que as do setor privado cresceram 105%.

Esse crescimento expressivo das escolas particulares encontrou na própria formulação de políticas públicas um importante aliado. Por um lado, pelos longos períodos em que a orientação de contenção de gastos públicos provocou um verdadeiro sucateamento do modelo das universidades públicas, em especial as federais. Restrições orçamentárias em sequência contribuíram para inviabilizar investimentos necessários da rede física e de seus equipamentos. Além disso, a política de recursos humanos não contribuía para atrair e manter pessoal qualificado.

**Paulo Kliass é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e doutor em economia pela Universidade de Paris 10 (Nanterre). Leia o artigo na íntegra no site da Adua ([www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)).**

## Internacional

# A cidade que salvou o mundo

Mauro Santayana

Há setenta anos, depois de mais de dois milhões de mortos nos dois campos (a União Soviética perdeu mais de um milhão e cem mil combatentes e civis, só nesse combate) terminou a mais sangrenta de todas as batalhas da História – a de Stalingrado.

Com a capitulação de von Paulus e mais 22 generais de Hitler, e 91.000 de seus soldados remanescentes, a Segunda Guerra Mundial foi decidida ali. Até então, o Fuehrer e suas tropas pareciam invencíveis. Em julho de 1942, quando se iniciou a batalha na cidade, Hitler e Mussolini dominavam todo o território continental europeu e parte da Escandinávia – com a exceção dos países neutros, como a Suíça e a Suécia. A Noruega, apesar de sua declaração de neutralidade, foi invadida pelos alemães e resistiu com bravura à superioridade bélica dos agres-

sores durante 60 dias, sendo obrigada a capitular.

As Ilhas Britânicas resistiram, com estoicismo, depois da dramática retirada de Dunquerque, aos bombardeios quase cotidianos de Londres e de seus centros industriais pelas bombas voadoras, e pelos aviões da Luftwaffe. Os americanos, que lutavam no Pacífico, adiaram por muitos meses o envio de tropas ao teatro europeu. O seu desembarque, na Sicília, só ocorreu em julho de 1943, quando, com a virada de Stalingrado, os soviéticos já haviam iniciado a contraofensiva, com a marcha sobre Berlim. Se Hitler vencesse a guerra na Europa, seus simpatizantes norte-americanos, entre eles o seu maior industrial, Henry Ford, e o seu herói nacional, Charles Lindbergh, seriam provavelmente estimulados a liderar um movimento fascista na América.

O mais pesado dos tributos de sangue e bravura no confronto com a Alemanha Nazista cou-

be aos soviéticos e à resistência dos guerrilheiros, entre eles os comandados por Tito, na Iugoslávia. No inventário dos sacrifícios, o maior foi o do povo de Stalingrado e dos soldados soviéticos que ali combateram e morreram.

Ainda que tenham sido comu-

supuseram que os eslavos iriam saudar as suas tropas como libertadoras. Embora isso tenha ocorrido em certas cidades polonesas e, é claro, em antigos enclaves germânicos perdidos na Primeira Guerra Mundial, os russos imediatamente formaram seus

**No tempo em que surgem, em nome da cínica “isenção” dos historiadores, os que tentam, na Alemanha e em outros países, rever os fatos e desculpar Hitler e os seus seguidores, é bom lembrar a Batalha de Stalingrado, encerrada há 70 anos, e reverenciar os que ali morreram**

nistas os comandantes da resistência à invasão alemã de junho de 1941, eles tiveram a inteligência de não atribuir só ao regime os louros do triunfo. Assim, deram à sua luta o título de A Grande Guerra Pátria.

Hitler e seus ideólogos, ao planejar a Operação Barbarossa,

grupos de guerrilheiros, com homens e mulheres, trabalhadores das cidades e dos meios rurais, sob o comando dos comunistas, mas também dos líderes nascidos no clamor da urgência, muitos deles bem jovens.

Não era só o regime socialista que se via ameaçado; era a Pátria

que estava sendo agredida por tropas estrangeiras. Stalingrado era um ponto estratégico para a ofensiva de Hitler. Lutou-se naquela cidade, durante seis meses e quinze dias, minuto a minuto, de bairro em bairro, de casa em casa, até a derrota dos alemães. Ao heroísmo dos resistentes de Stalingrado, civis e soldados soviéticos, cabe a parcela mais significativa dos sacrifícios da Europa Oriental, que perdeu mais de vinte milhões de seus habitantes durante o conflito.

No tempo em que surgem, em nome da cínica “isenção” dos historiadores, os que tentam, na Alemanha e em outros países, rever os fatos e desculpar Hitler e os seus seguidores, é bom lembrar a Batalha de Stalingrado e reverenciar os que ali morreram. Graças à sua bravura, conseguimos preservar alguns dos grandes valores do humanismo.

**Mauro Santayana é colunista político do Jornal do Brasil.**

## “Nova lei cria situações anômalas e controversas”, diz Schuch

A partir de 1º de março entra em vigor a Lei 12.772/12, que consolida a desestruturação da carreira dos docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE). Resultado do simulacro de acordo do governo

com entidade pseudo-representante dos professores federais, durante as negociações ocorridas no período da greve da categoria, que durou quatro meses, a legislação ainda gera dúvidas entre os docentes quanto

a alguns aspectos da norma, principalmente em relação ao reposicionamento na carreira. Para ajudar a esclarecer o assunto, o Jornal da Adua entrevistou o 1º vice-presidente do Andes-SN, professor Luiz Henrique

Schuch, uma das principais referências nacionais da categoria quanto ao estudo da carreira e presença constante nas reuniões entre representantes do Sindicato Nacional e governo federal.

**Professor:**  
Luiz Henrique Schuch

**Atuação:**  
1º Vice-presidente do Andes-SN

**Com a nova lei, o reposicionamento na carreira será automático ou os docentes atingidos pela mudança precisarão observar algum procedimento específico?**

Segundo o artigo 35 da Lei, será reposicionado, anteriormente à aplicação da tabela de correlação, o professor que já for associado em 31 de dezembro de 2012 e tiver pelo menos 17 anos de obtenção do título de doutor. Note-se que serão poucos os casos beneficiados por esse tipo de reposicionamento, pois quase todos que cumprem os requisitos já estão posicionados acima dos níveis previstos. Para que o processo de reposicionamento seja desencadeado será preciso que o professor interessado tome a iniciativa de requerer à Instituição à qual está vinculado dentro do prazo de 90 dias, contado a partir do dia 28 de dezembro de 2012, juntando ao requerimento a comprovação do tempo de obtenção do doutoramento.

**E como fica a situação dos professores auxiliares ou assistentes, cujas classes terão os níveis diminuídos de quatro para dois?**

Basicamente o novo “pertencimento” se faz pela nomenclatura, o que visa consolidar o distanciamento dos aposentados em adjunto 4 do topo da carreira. A particularidade que envolve as classes de auxiliar e assistente, na carreira do Magistério Superior (MS), e as classes DI e DII na carreira do Magistério Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) é que nesses casos haverá redução do número de níveis. Por isso, nesses casos que atualmente são muitos na carreira EBTT e em número menor na carreira do MS, as tabelas de correlação aglutinam dois níveis em um. Segundo a Nota Técnica 01, expedida pelo MEC no dia 25 de janeiro, caberá à Instituição efetuar o enquadramento de todos os docentes que já pertenciam às carreiras pela tabela de correlação constante no anexo II da Lei. Em torno desta temática há duas outras peculiaridades. Uma diz respeito ao enquadramento dos remanescentes ainda pertencentes à Carreira do Ensino Básico e cumprirem as exigências para entrarem na carreira do Magistério EBTT. Para tal é apresentada outra tabela de correlação no anexo V da Lei. A outra diz respeito à migração dos atuais cargos de professor titular que,



Provavelmente os casos de injustiça que forem praticados desconsiderando a evolução anterior na carreira serão resolvidos por determinação judicial.



surpreendentemente, migrarão em sentidos opostos: os da carreira do Magistério Superior para professor titular da carreira, e os da carreira do Magistério EBTT para o cargo isolado de professor titular livre.

**A nova lei cria situações irregulares? Como resolvê-las?**

É certo que a nova situação criada de pertencimento ao Plano de Carreiras a partir de 1º de março de 2013, orientado pelas Tabelas de Correlação constantes no anexo II, produzirão situações anômalas e inclusive contraditórias com outros dispositivos da própria Lei. É o caso hipotético de um professor que já esteja às vésperas de finalizar 24 meses como professor assistente 2, depois dos 24 meses antecedentes como assistente 1, que retrocederá a assistente 1 pela tabela de correlação. Uma imensa interrogação ficará estampada a respeito da sua contagem de tempo, quando no artigo 6º está escrito que o enquadramento no Plano de Carreiras não representará, para qualquer efeito legal, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas pelos seus ocupantes. Provavelmente os casos de injustiças que forem praticados desconsiderando

a evolução anterior na carreira serão resolvidos por determinação judicial.

**O senhor considera a nova lei uma “regressão” em relação à carreira do magistério do PUCRCE? Em que aspectos?**

Um retrocesso enorme quanto aos fundamentos e quanto aos elementos constitutivos de direitos/critérios estáveis. Verdaderamente esta Lei visa consolidar a desestruturação imposta à carreira dos docentes federais nas duas últimas décadas. Conceitos nitidamente expressos no PUCRCE a favor da autonomia universitária, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da unidade da carreira em torno do padrão unitário de qualidade, da valorização à dedicação exclusiva como regime de trabalho voltado a investir toda a vida profissional ao espaço público de atuação da instituição, do respeito aos diferentes percursos acadêmicos e às peculiaridades do trabalho docente, simplesmente desaparecem ou são deturpados nessa chamada nova carreira. Além disso, os critérios e padrões desaparecem, limitando-se a criar figuras cuja quantificação é remetida para números, desordenados, constantes em tabelas anexas. Há omissão completa de conceitos que definam critérios em relação ao ritmo de evolução, os intervalos entre níveis e classes, em relação aos regimes de trabalho e em relação à titulação. Estes conceitos do ponto de vista dos professores são aquilo que chamamos de critérios constitutivos de direitos estáveis e do ponto de vista da instituição são valores em torno dos quais se motiva o trabalho docente e a partir daí, o seu futuro. Além do mais, a valorização salarial relacionada com a titulação, questão intrínseca ao trabalho docente, é mantida fora do vencimento, como uma gratificação que chega a representar quase dois terços da remuneração total em alguns casos. Isto é, a parcela que significa real patrimônio da posição do docente na carreira é secundária à gratificação.

**A nova lei não foi então uma jogada política do governo para ludibriar a categoria, pois houve poucas mudanças estruturais na carreira?**

Muitas mudanças em relação ao PUCRCE original, porém poucas mudanças em relação ao estágio recente que já é resultado de muitas deturpações. A pauta do governo para alteração da carreira docente tem sido articulada com dois objetivos centrais: imprimir os elementos da reforma do estado e subtrair direitos e salários mesmo que por vias transversas, burlando preceitos constitucionais, entre os quais a paridade dos aposentados com os ativos e redução da base de incidência das vantagens, como os anuênios. A prova mais cabal disso foi revelada quando o movimento docente apresentou a contraproposta emergencial demonstrando que seria possível reestruturar a carreira mesmo dentro dos estreitos limites de piso e teto impostos pelo governo e ainda assim o governo não negociou argumentando que aumentaria o impacto (quer dizer, o montante global de salários que passaria para o bolso dos professores). Isto foi uma confissão de que nas desestruturações está embutida a intenção de retirar direitos e salários.



## NOTAS

## Reitoria agiliza parecer sobre a GEL

Durante audiência realizada, no último dia 27 de fevereiro, a pedido da Adua, o reitor em exercício da Ufam, Luiz Frederico Arruda, prometeu agilizar junto a Procuradoria da Fundação Universidade do Amazonas (Fua) uma resposta sobre o não pagamento da Gratificação Especial de Localidade (GEL), aos servidores da Universidade, desde 1992. O presidente da Adua, José Belizário, classificou a audiência como positiva, uma vez que,

Arruda alegou ser de interesse da administração superior solucionar a questão. Voltada a garantir aos servidores que atuam em áreas consideradas inóspitas e de precárias características as mesmas condições de vida usufruídas por quem presta serviço nos grandes centros urbanos, a GEL incide sobre o salário de cada cargo e prevê o pagamento de 15% para servidores das capitais e 30% para os de outras localidades.

## Insalubridade reduz prazo para aposentadoria

A Associação dos Docentes da Ufam (Adua) convoca os associados, que exercem atividade insalubre, para apresentar cópia do contracheque na entidade até o dia 30 de março deste ano. A convocação tem como objetivo a inclusão desses docentes na petição que visa solicitar à Ufam o reconhecimento do direito de contar o período de exercício de insalubridade para redução no tempo de aposentadoria. Esse direito está garantido pelo mandado de injunção impetrado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), concedido em maio de 2009. A Adua está localizada no Campus Universitário da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), na estrada do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), ao lado da TV Ufam. O horário de atendimento na entidade é das 8h às 12h e das 14h às 18h.

## Adua recebe propostas para Regimento Interno

Além de consultar a versão preliminar da proposta de alteração do Regimento Interno, os docentes também já podem baixar na página eletrônica da Adua o formulário para envio de contribuições individuais. Durante o preenchimento dos campos específicos é necessário informar as propostas, com justificativa, e enviar para o e-mail aduass@uol.

com.br até o dia 31 de março. Quem preferir, poderá solicitar e entregar o formulário na sede da seção sindical, no horário das 8h às 18h. Já as contribuições coletivas, elaboradas durante as reuniões setoriais das unidades acadêmicas, devem ser apresentadas em relatório, com atas assinadas pelos professores participantes.

## ANDES-SN lança página no Facebook

O ANDES-SN inaugurou, em fevereiro, sua página no Facebook para ampliar a difusão de informações do sindicato e também a relação com seus sindicalizados. Inicialmente, a ferramenta da rede social foi usada para divulgar fotos e informações do 32º Congresso do ANDES-SN, que acontece entre os dias 4 e 9 de

março, no Rio de Janeiro. Concluído o evento, o espaço continuará aberto. "A página surge como um instrumento de apoio", comentou Luiz Henrique Schuch, 1º vice-presidente do ANDES-SN e encarregado de Comunicação.

O endereço da página é [www.facebook.com/andessn](http://www.facebook.com/andessn).

## Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 02/01/2013 a 31/01/2013

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
<b>1</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>56.003,71</b>	<b>50.442,50</b>	<b>100,00%</b>
1.1	RECEITAS	43.940,93	43.787,41	86,81%
1.1.1	Contribuição dos Associados	43.739,00	43.586,00	86,41%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	157,03	130,41	0,26%
1.1.3	Receitas com Reprografia	44,90	71,00	0,14%
1.2	RESGATE DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	12.062,78	6.655,09	13,19%
1.2.1	Resgate de Aplicação n/mês	12.062,78	6.655,09	13,19%
<b>2</b>	<b>SAÍDAS</b>	<b>56.300,36</b>	<b>50.416,73</b>	<b>100,00%</b>
2.1	PESSOAL	13.525,66	7.798,49	15,47%
2.1.1	Salários	8.848,71	6.338,49	12,57%
2.1.2	Rescisão/Lídia	1.716,95	-	0,00%
2.1.3	Ajuda de Custos/Abono Natalino	1.500,00	-	0,00%
2.1.4	Vale Transportes/Alimentação	1.460,00	1.460,00	2,90%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	9.500,60	4.304,29	8,54%
2.2.1	Contribuição INSS	6.678,61	3.506,40	6,95%
2.2.2	Contribuição FGTS	2.592,36	647,82	1,28%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	109,93	100,51	0,20%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	119,70	49,56	0,10%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	6.679,34	6.025,45	11,95%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	-	2.100,00	4,17%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	1.600,00	800,00	1,59%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	3.000,00	1.500,00	2,98%
2.3.4	Serviços de Administrativos	1.074,34	825,45	1,64%
2.3.5	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.005,00	800,00	1,59%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	5.818,00	5.849,00	11,60%
2.4.1	Serviços Graficos	3.050,00	3.050,00	6,05%
2.4.2	Serviços de Confeção de Faixas	280,00	250,00	0,50%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Ar Condicionados	-	1.000,00	1,98%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Home Page	-	193,00	0,38%
2.4.5	Serviços Contábeis	2.488,00	1.356,00	2,69%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	10.268,99	10.209,83	20,25%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	8.668,10	8.617,10	17,09%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	214,00	214,00	0,42%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	346,72	344,68	0,68%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.040,17	1.034,05	2,05%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	5.863,92	12.221,66	24,24%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	4.776,52	4.014,02	7,96%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	720,00	2.640,00	5,24%
2.6.3	Despesas com Hospedagem	367,40	5.567,64	11,04%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	70,00	-	0,00%
2.7.1	Aquisição de 200 Livros de Divida Pública+frete	70,00	-	0,00%
2.8	BENS DE CONSUMO	3.866,09	3.249,25	6,44%
2.8.1	Telefone	829,67	742,60	1,47%
2.8.2	Correios/Malotes	788,40	54,90	0,11%
2.8.3	Combustível	310,00	300,00	0,60%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	231,00	880,75	1,75%
2.8.5	Material de Expediente/Limpeza	357,99	130,40	0,26%
2.8.6	Refeições e Lanches	193,56	548,33	1,09%
2.8.7	Assinaturas de Jornais	-	430,00	0,85%
2.8.8	Despesas com Eleições	360,00	40,00	0,08%
2.8.9	Cartuchos e Toner de Tinta	320,00	-	0,00%
2.8.10	Cartorio(Cópias/Autenticações)	100,90	16,75	0,03%
2.8.11	Materiais Hidraulicos	130,00	-	0,00%
2.8.12	Assinatura Provedor/Internet	244,57	105,52	0,21%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	663,00	714,00	1,42%
2.9.1	Restituições n/mês	663,00	714,00	1,42%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	44,76	44,76	0,09%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	44,76	44,76	0,09%
<b>QUADRO RESUMO</b>				
<b>SALDO ANTERIOR</b>		<b>(12.145,07)</b>	<b>(12.441,72)</b>	
RECEITAS		56.003,71	50.442,50	
DESPESAS		(56.300,36)	(50.416,73)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(12.441,72)</b>	<b>(12.415,95)</b>	
Banco do Brasil S/A C/C		41,24	-	
Aplicação Banco do Brasil		33.551,04	27.026,36	
CAIXA		59,28	45,44	
<b>SALDO ATUAL DISPONIVEL</b>		<b>33.651,56</b>	<b>27.071,80</b>	

■ Música

# Orquestra Vozes da Ufam lança segundo CD

**D**epois de um ano de produção, o segundo CD da Orquestra Vozes da Ufam acaba de sair do forno. Com título "O Som Universal da Selva Viva", o álbum traz composições inéditas e releituras de grandes obras da Música Popular Brasileira (MPB). O lançamento oficial do novo trabalho ocorreu na segunda quinzena de fevereiro.

Segundo o diretor musical e maestro da orquestra, professor Adelson Santos, o resultado do novo trabalho é satisfatório. "É muito prazeroso lidar com a arte, fazer música. E com este novo trabalho estamos passando uma mensagem de melhoramento do mundo. É esse também o papel da arte", disse.

O CD é composto por 14 músicas, sendo 12 de autoria do professor Adelson Santos e 2, "Aquarela do Brasil" e "Samba do Avião", de grandes compositores brasileiros, Ary Barroso

"É muito prazeroso lidar com a arte, fazer música. E com este novo trabalho estamos passando uma mensagem de melhoramento do mundo".

e Tom Jobim, respectivamente. "Nos dedicamos bastante para realização desse projeto. Nossa preocupação foi, principalmente, com a qualidade técnica e musical", disse o maestro.

A Orquestra Vozes da Ufam é composta por 45 estudantes do curso de Artes da universidade e integrantes do Centro de Artes da Ufam (CAUA). Instrumentos de sopro, corda e percussão são tocados pelos músicos e um coral feminino interpreta as canções.



Orquestra é formada por 45 estudantes do curso de Artes da Ufam

## Vale a pena ver

**Ed Stocker**  
**Título Original:** No  
**Gênero:** Histórico, Drama  
**País de origem:** Chile, França, EUA  
**Tempo de duração:** 115 minutos  
**Ano:** 2012

"Eu acho que a maioria das pessoas, o mundo todo, sabe como Pinochet chegou ao poder", diz o diretor do filme Pablo Larraín.

Mas eu não tenho certeza se as pessoas sabem como ele foi derrotado. O que ocorreu foi uma fascinante combinação de mídia, propaganda e capitalismo. O último filme de Larraín, "No", retrata a intrigante estória da propaganda por trás do referendo e das estratégias da derrocada do ditador chileno.

No final dos anos 80, o líder chileno Pinochet queria suavizar sua imagem e passou a trocar sua indumentária militar por ternos elegantes. Sob a pressão dos EUA, seu aliado no golpe de 73, que derubou o então presidente, democraticamente eleito, Salvador Allende, Pinochet criou uma eleição. E o que foi mais então significativo: pela primeira vez, na corrida para a presidência, a oposição conseguiu quinze minutos de propaganda eleitoral. A

tarifa deles era convencer os chilenos que era chegada a hora da mudança, e que podiam ir, sem medo, às urnas.

O filme, indicado para o Oscar na categoria Melhor em Língua Estrangeira, tem Gael García Bernal no papel de Rene Saavedra, o publicitário de voz suave que protagoniza a campanha chamada "No". É uma interpretação forte e convincente do ator mexicano. O filme usa uma boa dose de licença poética. A câmara utilizada na filmagem confere ao filme uma dimensão granulada, além do artifício esperto de entrecortar o drama com filmagens de noticiários.

"No" é o último filme de uma trilogia baseada na ditadura, assunto que Larraín passou a conhecer bem. Ele costuma dizer que queria responder a pergunta sobre como a sociedade chilena poderia se machucar tanto.

**Ed Stocker é um jornalista que mora em Buenos Aires cobrindo assuntos latino-americanos atuais com interesse especial em Desenvolvimento e os Direitos humanos. Leia o artigo na íntegra no site [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br).**



## Vale a pena ler

**Livro:** Educação Profissional & Práticas de Avaliação  
**Autor:** Jurandir Santos  
**Editores:** Senac Editoras  
**Nº de páginas:** 208  
**Valor:** R\$ 37,90

A educação profissional prepara o indivíduo para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, para a vida, levando em conta que o mundo do trabalho é um microcosmo da realidade, um teste diário para a capacidade de convivência e respeito, e um elemento que invade sem pedir licença, nossas vidas pessoais.

Mas a metodologia do ensino tradicional está apta a ser plenamente aplicada em cursos profissionalizantes? Os métodos de avaliação devem permanecer inalterados?

Essas são algumas reflexões inseridas na obra de Jurandir Santos. O psicoterapeuta clínico e institucional apresenta um painel histórico da Educação Profissional e do Ensino Superior no Brasil, mostrando mudanças (para o bem e para o mal) provocadas por interesses políticos e econômicos.

No livro, o escritor também compara o papel do docente no passado e presente. Hoje, o professor é tido mais como um parceiro do que um mestre, responsável pela formação ética do aluno, preparando-o para o mercado

de trabalho e, ao mesmo tempo, para a vida.

O livro contém como introdução um relato sobre a Educação Profissional no Brasil, a formação para o trabalho e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nos capítulos subsequentes, o autor trata sobre o docente da Educação Profissional, a qualidade da Educação, a necessidade de inovar e o desenvolvimento de competências dos docentes.

Por último, Jurandir Santos faz uma avaliação que serve de recurso para refletir sobre o trabalho e aprimoramento da sua qualidade. As concepções da avaliação também são analisadas no livro, inclusive a avaliação baseada em normas de competências. O escritor encerra a obra abordando a pedagogia de projetos como subsídio para avaliar e as propostas de avaliação advindas com a própria LDB. Resumindo, a intenção de Santos é estimular o docente sobre sua prática diária, a de ensinar, sob a luz da nova realidade.

**Jurandir Santos é psicólogo, membro da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE), e diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/SP).**



## Dicas da web

### Livro é a principal “atração” em rede de relacionamento

“Diferentemente das redes de relacionamento pessoal, o que importa no site não são as fotos dos usuários ou para que time eles torcem, e sim o que merece ou não ser lido.” A frase divulgada no jornal Estadão dá a exata noção da afinidade entre os personagens dessa rede social: o gosto pelo livro. O SKOOB ([www.skoob.com.br](http://www.skoob.com.br)) é a maior comunidade de leitores do Brasil, ponto de encontro para quem gosta de “descobrir”



novas obras, autores, editoras e até fazer amigos.

### Crítica de cinema em apenas um click

Com apenas um click é possível conferir estreias, trailers, galerias, bastidores e entrevistas com os destaques do cinema nacional e internacional. Mas, é na seção críticas que o CineClick ([www.cineclick.com.br](http://www.cineclick.com.br)) tem uma das apostas para atrair a atenção de cinéfilos, com produção bem atualizada sobre os longas do mercado hollywoodiano e alternativo, inclusive com textos sobre os indicados e premiados na recente festa do Oscar.



## Enquete do mês

Qual deve ser a prioridade de gestão da Adua para 2013? A pergunta permaneceu por um período de dias no site da Adua, na seção “Enquete”, com cinco opções de respostas.

# 25

# 34%

dos internautas que participaram da consulta apontaram a necessidade da Adua “Ampliar a participação dos docentes das unidades acadêmicas da Ufam localizadas fora da sede”. O índice foi o mais alto, com vantagem de dez pontos percentuais para o segundo colocado.

Na outra ponta, “Investir na Campanha de Filiação, para fortalecer o movimento sindical” foi a prioridade que recebeu o menor percentual, conforme votação dos internautas, com apenas.

# 8%

No entendimento dos votantes, é mais urgente: “Cobrar da administração da Universidade melhores condições de trabalho para a categoria” (24%); e “Retomar as discussões sobre o Plano de Carreira” (22%); “Reorganizar os Grupos de Trabalho (GTs) para assessoramento da categoria” (12%).

## Comentários



“Vamos lá pessoal, buscando conhecer as propostas e as capacidades de cada um dos candidatos de chegar até lá! Esta é a nossa tarefa neste momento!” (sobre a candidatura de três chapas que concorrem à administração superior da Ufam, gestão 2013/2017).



**Luiz Felipe Ravazi Pereira**

“Qual o seu candidato?”. (perguntou, ao compartilhar a notícia do site da Adua sobre a definição das regras do debate com pré-candidatos à Reitoria da Ufam)



**João Bosco Seabra da Silva**



“Não percamos a semana de autoavaliação, é uma ótima oportunidade de demonstrarmos em pesquisa oficial o quanto nos desagradamos com a situação em que se encontra o ensino na nossa Universidade, em especial, no que tange a estrutura” (sobre a importância de a comunidade universitária efetuar a avaliação institucional)



**Glauco Carlos**

## boas lições

### Grupo debate sobre a destruição dos igarapés de Manaus

Destinado a chamar a atenção da sociedade e promover uma discussão sobre a necessidade de preservação dos igarapés de Manaus, o Movimento Educar para a Cidadania, em parceria com a Adua, deu continuidade, no último dia 20 de fevereiro, ao ciclo de discussões sobre o tema aberto, no dia 6 de fevereiro com a promoção de palestras. Voltado a professores, estudiosos e a população, o encontro, em seu primeiro momento, contou com a participação do pesquisador da

Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Sérgio Bringel. Segundo o presidente do Instituto Amazônico da Cidadania (IACi) e integrante do Movimento Educar para a Cidadania, Hamilton Leão, concluída a série de debates e reunidos os documentos científicos e jurídicos atestando o abandono dos igarapés da capital, a entidade pretende, com base nas questões explanadas, ingressar com uma petição na Promotoria o Meio Ambiente e Procuradoria do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado (MPE/AM).

